

## **RESOLUÇÃO COFEN Nº 504/2016 – ANEXO I**

### **ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS**

- I) Rol de Responsáveis – fls...**
- II) Relatório de Gestão Anual, na estrutura definida em decisão normativa do Tribunal de Contas da União – fls.**
- III) Balancete de Verificação do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- IV) Balanço Patrimonial Analítico e Demonstração de Fluxo de Caixa Analítica do Exercício e Balanço Patrimonial Comparado Analítico do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- V) Balanço Orçamentário Analítico do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- VI) Balanço Financeiro Analítico do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- VII) Comparativo da Receita e Despesa Orçada/Fixada com a Realizada/Executada do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- VIII) Demonstração das Variações Patrimoniais Analítica do exercício a que se refere a prestação de contas anual e do imediatamente anterior – fls.**
- IX) Inventário Patrimonial e do Almoxarifado – fls.**
- X) Montante da Inadimplência e Dívida Ativa do exercício e acumulado – fls.**
- XI) Conciliações Bancárias e extratos bancários de todas as contas correntes, inclusive com saldo zero, de aplicações e de poupança do mês de dezembro a que se refere a prestação de contas e do mês de janeiro do exercício imediatamente posterior – fls.**
- XII) Conciliações de demais saldos contábeis no Balanço – fls.**
- XIII) Notas Explicativas – fls.**
- XIV) Relatório de Atividades da Controladoria-Geral sobre sua atuação no exercício, contendo, no mínimo:**

- a) falhas, irregularidades ou ilegalidades constatadas, indicando as providências adotadas;
  - b) irregularidades ou ilegalidades que resultaram em prejuízo, indicando as medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento ao Erário;
  - c) atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em dano ao erário ou prejudicaram o desempenho da ação administrativa no cumprimento dos programas de trabalho, indicando as providências adotadas;
  - d) transferências e recebimentos de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria e outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio e contribuição, destacando, dentre outros aspectos, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes à correta aplicação dos recursos e o atingimento dos objetivos colimados;
  - e) regularidade dos processos licitatórios, dos atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, bem como dos contratos;
  - f) resultados da gestão, quanto à eficácia e eficiência;
  - g) cumprimento das determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União;
  - h) justificativas apresentadas pelo responsável sobre as irregularidades apontadas. – fls.
- XV) Parecer da Controladoria-Geral da autarquia sobre as contas da gestão – fls.**
- XVI) Declaração expressa da respectiva Unidade de Pessoal de que as pessoas relacionadas no rol de responsáveis estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei nº 8.730/93 – fls.**
- XVII) Listagem eletrônica de empenho, liquidação e pagamento, em ordem cronológica, relativa ao exercício a que se refere a prestação de contas – fls.**
- XVIII) Inventário Patrimonial em formato eletrônico – fls.**
- XIX) Esclarecimento do Responsável (gestor) quanto ao(s) eventual(is) deficit(s) – fls.**
- XX) Parecer, de caráter opinativo, que aprove as contas – fls.**
- XXI) Ata ou Extrato da Ata da Reunião Plenária do Regional que aprovou o parecer opinativo – fls.**

Assinatura